

Tales Faria

O povo não é conservador, e nem é liberal

Neste caso da megaoperação policial nos complexos do Alemão e da Penha, muitos analistas atribuíram o aumento das taxas de aprovação do governador Cláudio Castro (PL), detectado nas pesquisas, ao fato de a opinião pública ser favorável à tese “bandido bom é bandido morto”.

Em suma: o povão seria conservador e, por isso, defenderia ações violentas como a da semana passada.

No entanto, a Pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira (3) aponta que o tema “bandido bom é bandido morto” divide opiniões da população. Perguntados explicitamente se concordam ou não com esta frase, somente a metade (51%) dos entrevistados apoiaram a tese.

De fato, o olhar mais aprofundado nos dados da pesquisa leva à conclusão de que a população não é tão favorável quanto se imagina a teses conservadoras radicais.

Por exemplo: só 24% dos entrevistados apoiam a facilitação da compra (ou do acesso) a armas de fogo, enquanto 72% se manifestaram contra a tese defendida no Congresso pela Bancada da Bala. Já houve até um plebiscito sobre isso e a maioria da população brasileira votou pelo desarmamento.

Ainda na pesquisa Quaest, 52% se disseram favoráveis à Proposta de Emenda

Constitucional da Segurança Pública, a chamada PEC da Segurança, que clareia e redefine o papel das polícias estaduais e da Polícia Federal.

A direita radical e os governadores mais conservadores têm se manifestado contra a PEC. O PL do ex-presidente Jair Bolsonaro já avisou, inclusive, que irá boicotar a tramitação.

Em discordância com a chamada ultradireita, 80 em cada 100 entrevistados disseram que os responsáveis pelo poder das facções “estão nos bairros ricos, não nas favelas”. 77% responderam que as facções só controlam o Rio de Janeiro porque “as autoridades não fazem nada”, e 82% afirmam que os líderes das facções “ajudam a eleger deputados”.

A coluna perguntou ao CEO da Quaest, Felipe Nunes, se essas opiniões, digamos pouco conservadoras, mais liberais, expressas na pesquisa não são incoerentes com o crescimento da popularidade do governador Cláudio Castro após a dura ação da polícia nos complexos do Alemão e da Penha.

Professor da FGV, PHD em Ciência Política e mestre em Estatística ele respondeu: “Claro que não. A aprovação do governador era de 43% e chegou a 53%, praticamente o mesmo percentual dos que acreditam, por exemplo, que

bandido bom é bandido morto (51%). Ou seja, o governador pode ter crescido até onde podia.”

É uma possibilidade que não deixa Cláudio Castro infeliz. Afinal, se chegar à eleição em outubro de 2026 com 53% de apoio, ele estará eleito senador. A pesquisa mostra que a operação provocou uma mudança significativa na avaliação do trabalho do governo do estado na segurança pública: avaliação positiva passou de 22% para 39% entre agosto e outubro.

Mas os entrevistados cobram mais segurança. E acreditam que uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que permite atuação das Forças Armadas, poderia diminuir a criminalidade. Vale ressaltar que já houve 22 GLOs no Rio de Janeiro. Ouvidos pela Quaest, 59% defenderam que o governo federal deve decretar a GLO nos moldes do que ocorreu em 2018.

Hoje, nem o próprio então ministro da Segurança, Raul Jungmann, que atuou na decretação da GLO, defende que ela seja instaurada novamente.

Enfim, não dá para enquadrar o eleitor em uma visão de mundo homogênea. E o certo ontem pode ser errado hoje. Ou vice-versa.

Paulo César de Oliveira*

Violência sempre na ordem do dia II

No último artigo, publicado na terça-feira passada, o tema foi a violência que grassa pelo país. Infelizmente a publicação coincidiu com a operação da polícia do Rio de Janeiro contra facções criminosas, uma verdadeira carnificina que terminou com mais de 120 mortos e dezenas de feridos entre policiais e civis, ou marginais, como queiram. Muitos foram os presos, nem todos com ligações comprovadas com o crime.

O episódio desencadeou uma briga política que em nada ajuda na solução do nosso principal problema, o crescimento absurdo da violência no país. Usar o tema como mote de campanha eleitoral beira a irresponsabilidade. A solução de nosso grave problema de segurança não pode ser buscada numa discussão eleitoral entre o que se convencionou chamar

de direita e esquerda. Não se iludam. A violência não tem solução simples e não será controlada – findada nunca- se não for tratada com seriedade, sem atenções voltadas para as urnas.

E é exatamente isto que se faz agora. Projetos que estavam parados na Câmara e no Senado são resgatados às pressas, enquanto outros são apresentados com maior rigor nas penalidades. E a sociedade vai sendo enganada, iludida com o rigor das penas. Se esquece, porém, que não cuidam da prevenção e, muito menos, da aplicabilidade das leis. O ministro Lewandowski, por sua formação profissional e por ter sido ministro do STF, sabe perfeitamente da necessidade de mudanças nas legislações para que os processos sejam mais céleres e que haja mais rigor no

cumprimento das penas. São muitas as regalias. Também de nada adianta aumentar o rigor das punições se o Estado – governos municipais, estaduais e federal- não agirem em conjunto para prevenir o crime e desestimular o surgimento de novos marginais.

Não se iludam, a mão-de-obra do crime é farta, até pelo fascínio que a violência desperta nos mais jovens. Agir com firmeza- que não quer dizer violência- educar e dar melhores condições de vida, perspectiva de futuro, aos mais jovens, e certeza de punição severa. Sem isto não haverá o mínimo de segurança. Resumindo: um Estado presente.

***Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil**

Thaísa Oliveira*

Bom mesmo é ser oposição

Talvez nem o PP e o União Brasil se lembrem, mas exatamente dois meses atrás eles convocaram os jornalistas para dizer que todos os detentores de mandato deveriam sair do governo Lula (PT) em até 30 dias.

O anúncio durou cerca de um minuto. Um jogo de palavras enxuto para deixar subentendido que a ameaça não valeria para todos os indicados. Deve ser só coincidência, por exemplo, o fato de o presidente da Caixa, Carlos Vieira, não ter mandato.

Não que a falta de coerência seja um problema para a federação União Progressista, mas outras desculpas também foram apresentadas para justificar o caso. “Vieira é indicado do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), não do partido”; “ah,

Lula adora o Vieira”.

A verdade é que, enquanto Ciro Nogueira (PI) dizia ser constrangedor para o PP participar do governo Lula, um conterrâneo dele ganhava R\$ 40 mil por mês neste mesmo governo Lula, como assessor do presidente da Caixa.

Mas isso é para peixe pequeno. São tantos cargos no banco que o centrão pode se dar ao luxo de ficar mais de ano com uma ou outra vice-presidência vaga. A VP de Governo, historicamente cobiçada, ficou exatamente um ano e quatro meses. A de Agente Operador, que controla nada mais nada menos que o FGTS, é ocupada por um interino desde maio do ano passado.

Aparentemente não há constrangimento que resista a tantas diretorias, subsidiá-

rias, superintendências, conselhos -milionários, aliás-, vice-presidências...

A confusão é tão grande que até o presidente da Caixa Asset foi dispensado em 13 de outubro e recontratado 14 dias depois. Para o mesmo cargo. As más-línguas dizem que conseguiram explicar melhor ao governo o padrinho. Ou arranjar outro.

Não bastassem os cargos, também dá para criar uma bet. As expectativas em torno da saída do PP e do União Brasil do governo nunca foram altas, mas ainda assim surpreende tamanha cara de pau. Desse jeito, parece que o bom mesmo é ser oposição.

***Repórter em Brasília. Antes, na Rádio CBN. É formada em jornalismo pela Universidade de Brasília**

EDITORIAL

O Norte como vitrine global

Nunca o Norte do país esteve tão visível e valorizado quanto agora, às vésperas da COP30. A escolha de Belém, no Pará, como sede da conferência do clima das Nações Unidas representa um marco histórico para o Brasil e um ponto de virada para a Amazônia. Pela primeira vez, o principal debate mundial sobre o futuro do planeta será realizado no coração da floresta, em meio às águas e às comunidades que sempre foram citadas, mas raramente ouvidas. A Amazônia deixa de ser cenário para se tornar protagonista. O Brasil, ao colocá-la no centro da agenda global, assume o papel de porta-voz da urgência climática e da esperança de um novo modelo de desenvolvimento.

A COP30 em Belém é o reconhecimento da importância da Amazônia como reguladora do clima e guardiã da biodiversidade. É também uma reparação simbólica a uma região que, por muito tempo, foi tratada como periférica nas decisões nacionais. O Norte se vê finalmente como vitrine, não apenas por sua beleza natural, mas por sua relevância estratégica. É ali que se discutem os rumos da economia verde, da bioeconomia e das novas tecnologias sustentáveis. A floresta deixa de ser um espaço distante e passa a ser o centro de decisões que afetam o planeta.

Os impactos econômicos já se fazem sentir. A preparação para a COP30 está movimentando a infraestrutura, o turismo e o comércio regional. Belém vive uma transformação que inclui o aumento da malha aérea, novos voos, ampliação de hotéis e modernização urbana. O aeroporto se adapta para receber delegações de todos os continentes,

e as empresas locais se preparam para uma demanda inédita. Esse movimento vai além do evento: a conectividade aérea e logística pode redefinir o papel do Norte na economia brasileira, aproximando a região dos grandes centros e abrindo portas para o turismo sustentável e os investimentos em bioeconomia.

A realização da COP30 desperta um sentimento de pertencimento. Pela primeira vez, o debate sobre o clima acontece no território onde o problema e a solução coexistem. A floresta, os povos originários e as comunidades locais terão voz diante do mundo. Essa presença simbólica e concreta pode transformar o evento em algo mais do que uma conferência diplomática: pode ser o início de uma nova consciência sobre o Brasil e o papel do Norte na sustentabilidade global.

O desafio é garantir que o protagonismo não se esgote no brilho do momento. É preciso que a vitrine se converta em legado. Que as obras deixem benefícios permanentes, que o turismo se mantenha ativo, que as oportunidades se multipliquem para os moradores locais. O desenvolvimento sustentável da Amazônia só será real se incluir as pessoas que vivem nela, se gerar emprego e qualidade de vida.

A COP30 é mais do que um encontro de chefes de Estado. É a chance de o Brasil mostrar ao mundo que sabe unir preservação e progresso. Quando as luzes da conferência se apagarem, o que deve permanecer aceso é o olhar sobre a Amazônia como fonte de soluções e não apenas de discursos. Que Belém inspire o mundo e que o mundo aprenda com a floresta o valor de se renovar sem destruir.

Príncipe William e a política ambiental

A vinda do Príncipe William à COP30, que será realizada em Belém do Pará em 2025, tem grande relevância política e simbólica. Sua presença reforça o papel do Reino Unido como ator global nas negociações climáticas e contribui para ampliar a visibilidade internacional do evento. Como herdeiro do trono britânico, William carrega forte capital diplomático e midiático — o chamado soft power — capaz de atrair atenção mundial para temas centrais das discussões, como a preservação das florestas tropicais, a transição energética e o protagonismo das comunidades indígenas.

Politicamente, sua participação representa um gesto de continuidade da diplomacia climática britânica, já que a monarquia tem historicamente apoiado pautas ambientais, especialmente sob a liderança do Rei Charles III. Ao se engajar ativamente na COP30, William consolida sua imagem como líder global em formação e transmite a mensagem de que o

combate à crise climática é uma prioridade de longo prazo para o Reino Unido.

Além da dimensão diplomática, o príncipe traz consigo o Earthshot Prize, iniciativa que incentiva soluções inovadoras para desafios ambientais. Isso aproxima o debate político das ações práticas, envolvendo empresas, cientistas e a sociedade civil na busca por soluções concretas. Sua visita também reforça o papel do Brasil como país-chave na agenda climática, destacando a Amazônia como elemento essencial para o equilíbrio ambiental do planeta.

Por fim, a presença do príncipe exerce uma pressão moral e política sobre os líderes mundiais, estimulando maior ambição nos compromissos de redução de emissões e de financiamento climático. Embora figuras de prestígio não substituam negociações efetivas entre governos, sua influência ajuda a criar um ambiente favorável à cooperação internacional e à implementação de políticas mais sustentáveis.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: NOVO GOVERNO É RECONHECIDO PELO MUNDO

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de novembro em 1930 foram: Novo governo brasileiro já foi reconhecido por vários países da Europa e da América. Juarez Távora voltará ao Norte de onde regressará, provavelmente, depois de reorganizar todos os estados que ele libertou. STF nega habeas corpus impetrado por Washington Luiz. Epitácio Pessoa repensa em volta ao Brasil depois do novo governo.

HÁ 75 ANOS: TROPAS DA ONU SOFREM REVÉS NA COREIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de novembro em 1950 foram: Tropas da ONU sofrem forte revés pelas tropas nor-

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)

patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)

redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ives Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhpress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.